

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Peso da tarifa de energia elétrica chega ao Congresso	2
Título: Projeto da portabilidade na conta de luz avança no Senado	4
Título: Para Rhodia, preço do gás deve cair mais	5
Título: Vazamentos da Petrobras crescem.....	7
Título: Dona da trading Enerfo adquire controle da Tietê Agroindustrial	8
Título: Vale: prejuízo em 2019, coronavírus... e agora?	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Consumidor poderá comprar energia direto de geradora	11
VEÍCULO: O Globo.....	12
Título: União prevê resultado pior para contas de estados e municípios	12
Título: O pré-sal e o vírus	13
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	13
Título: Gasolina mais barata nos postos do DF	13
Título: Projeto promete reduzir conta de luz.....	15

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/03/2020****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito e Letícia Fucuchima — Do Rio e São Paulo****Título: Peso da tarifa de energia elétrica chega ao Congresso**

Abraçada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nos últimos anos, a agenda de desoneração tarifária depende agora do Congresso. Depois de medidas infralégais adotadas pela autarquia, o tema demandará atenção especial dos parlamentares, tanto no sentido de aprovar projetos que eliminem ou reduzam subsídios como evitar medidas que ampliem os “penduricalhos” na fatura de energia.

A quitação antecipada do empréstimo de R\$ 21 bilhões firmado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) com um grupo de bancos, para socorrer as distribuidoras na crise energética de 2014, articulada pela Aneel no ano passado, gerou um efeito redutor estimado na tarifa de 3,7%, em 2019, e 1,1%, em 2020. Esses ganhos, porém, foram rapidamente ofuscados pelo novo orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para 2020, de R\$ 22 bilhões, 8% superior em relação a 2019 e com impacto estimado nas tarifas neste ano de 2,4%.

Conhecida como o “super fundo” do setor elétrico, a CDE é utilizada para subsidiar desde a aquisição de combustível fóssil para geração de energia no Norte e Nordeste até a operação de projetos de fontes renováveis, passando por descontos na conta de luz de consumidores de baixa renda e de setores de irrigação e aquicultura, além de investimentos na universalização do serviço de energia.

Um dos caminhos para reduzir a conta é o substitutivo do Projeto de Lei do Senado (PLS) 232/2016, que integra o plano de reforma do setor elétrico do governo federal. Apresentado pelo senador Marcos Rogério (DEM-RO), o texto prevê o fim de subsídios para fontes renováveis, entre elas eólica e solar, por entender que o preço dessas tecnologias já é competitivo.

O PLS, que também prevê a abertura do mercado de energia, foi aprovado ontem na comissão de serviços de infraestrutura da casa, em reunião que teve a presença do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e do diretor-geral da Aneel, André Pepitone.

A Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) comemorou o avanço e disse acreditar que o projeto tem condições de ser aprovado na Câmara até o fim do primeiro semestre. “Não vejo grandes

restrições [para aprovação até junho], [o texto] vai ao encontro da filosofia do Rodrigo Maia, tem amplo consenso no setor elétrico”, afirmou Reginaldo Medeiros, presidente da entidade.

Na visão de Rodrigo Pedroso, presidente do grupo Pacto Energia, a modernização do setor elétrico trará benefícios a todos os agentes, não só aos consumidores.

Por outro lado, o desejo do presidente Jair Bolsonaro de que seja criado um novo marco legal para a geração de energia solar distribuída, preservando o subsídio para o setor que estava previsto para ser eliminado em âmbito regulatório, deve exigir mais recursos da CDE. Após a polêmica no início do ano sobre a “taxação do sol”, o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) deve apresentar projeto de lei em linha com a ideia do presidente, mantendo o subsídio por alguns anos até que seja eliminado gradualmente.

Sem uma discussão mais profunda no Congresso nos últimos anos, a CDE coleciona ineficiências e distorções, contribuindo para que os encargos setoriais, junto com os tributos, respondam por metade da conta de luz dos brasileiros. Entre os itens do fundo, o mais oneroso é a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), relativa ao uso de combustível fóssil para geração de energia em áreas isoladas do Norte e Nordeste. Sozinha, a CCC responde por cerca de um terço do orçamento da CDE.

Especialistas ouvidos pelo **Valor** defendem que os custos da CDE sejam alocados no Orçamento. O argumento é que, por se tratar de política pública, os subsídios deveriam ser financiados pelo contribuinte, e não pelo consumidor de energia. Mas o mais importante é que, ao ser bancado pelo Tesouro, o subsídio passaria por um controle mais rigoroso pelo governo.

Para a economista Elena Landau, “a CDE se transformou em um grande tapete sob o qual são colocadas todas as ineficiências do setor”. Na visão dela, também é preciso evitar o uso da tarifa de energia para fazer política pública.

Na mesma linha, o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, defende a fiscalização sobre a conta dos combustíveis para geração em área isolada. “Essa questão que tem que ser vista de perto.”

Segundo a superintendente de Regulação da Light, Angela Gomes, o modelo da CDE hoje é insustentável para a distribuidora.

Ela atenta ainda para outra distorção, relativa à diferença da cobrança da conta entre as regiões do país. O custo médio do encargo é cerca de cinco vezes maior para os consumidores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do que para os usuários do Norte e Nordeste.

Um argumento para isso é a maior proporção de famílias de menor poder aquisitivo no Norte e Nordeste. O problema, diz Angela, é que a CDE não considera a complexidade socioeconômica dos Estados. No Rio de Janeiro, por exemplo, 4 terawatts-hora (TWh) por ano - o equivalente a quase 1% do consumo total do país no mesmo período - são furtados em áreas de risco dominadas pelo tráfico de drogas e milícias, onde a Light não consegue atuar. O custo dessa perda recai na distribuidora e seus clientes.

Segundo ela, a CDE responde por 11% da tarifa da Light. Desse total, 8 pontos percentuais são transferidos para outros Estados. Ao todo, estima-se que a CDE custará aos consumidores da Light R\$ 1,3 bilhão em 2020.

De acordo com levantamento da TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia, a CDE responde em média por 11,4% da tarifa do consumidor residencial no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No Norte e Nordeste, essa fatia cai para 3,7%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/03/2020

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Projeto da portabilidade na conta de luz avança no Senado

Texto que segue para a Câmara prevê que todos os consumidores poderão escolher quem fornecerá a sua energia

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei 232/16, que amplia o acesso ao mercado livre de energia. O texto prevê a liberação total, até para consumidores residenciais, em três anos e meio.

Com aprovação em caráter terminativo, o PL segue para Câmara sem passar pelo plenário. O presidente da comissão, senador Marcos Rogério (DEM-RO), explicou que voto complementar exige novo prazo para emendas. Se surgir alguma sugestão, os ajustes serão votados pela comissão.

No Brasil, cerca de 30% da energia é comercializada no mercado livre, formado por grandes consumidores, (indústrias, shoppings, por exemplo). Pequenos comércios e a população em geral estão no mercado regulado (ou “cativo”), em que a energia é cobrada por tarifa e fornecida pelas distribuidoras locais.

Com a abertura, todos os consumidores poderão escolher quem fornecerá a sua energia. Será possível usar critérios de menor custo ou sustentabilidade

ambiental - se a fonte é limpa e renovável. Essa liberdade fez com que os PLs desse tema fossem relacionados à ideia de portabilidade na conta de luz.

O PL prevê que quem migrar para o mercado livre passará a ser um consumidor varejista. Ainda será preciso se associar a um agente varejista (comercializadora) para compra de energia no novo modelo.

O texto atendeu ao pleito de diferentes segmentos do setor. Havia a preocupação de que os encargos setoriais da conta de luz fossem repassados apenas para ficasse no mercado regulado. Para equilibrar o jogo, Rogério propôs um novo encargo que será cobrado de todos os consumidores (livres ou cativos) na proporção do consumo. “Cuidamos para garantir que essa saída, essa fuga, não onere quem ficar no mercado regulado.”

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, acompanhou a votação e comemorou o resultado. Ele disse que o PL é importante para modernizar do setor e espera uma rápida aprovação na Câmara.

O projeto ainda prevê o fim dos subsídios às renováveis (fontes eólica, solar, térmicas a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas - PCHs), no prazo de 12 meses. Trata-se do desconto de 50% sobre o custo com a transmissão e a distribuição de energia. O subsídio é custeado pelos consumidores.

O PL estabelece dois terços da outorga de leilões e prorrogação de contratos de usinas beneficie o consumidor, com abatimentos de custos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Apenas um terço ficará para o caixa do Tesouro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Para Rhodia, preço do gás deve cair mais

Redução das tarifas do gás natural no Estado de São Paulo é positiva, mas insuficiente para garantir competitividade à indústria química

A redução dos preços do gás natural no Estado de São Paulo é positiva, mas ainda insuficiente para garantir maior competitividade à indústria química, na avaliação da Rhodia, que está entre os maiores consumidores do insumo no país. “É um passo inicial, dado em um momento em que as condições são mais adversas do que se imaginava. Mas o impacto ainda é pequeno”, diz a

presidente do grupo Solvay na América Latina, Daniela Manique. O grupo belga é dono da Rhodia.

O ajuste nas tarifas do gás distribuído no Estado pela Comgás foi autorizado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp) e vale desde ontem. Com isso, as tarifas para o consumidor residencial e comercial caíram 0,91% e 0,89%, respectivamente. No segmento industrial, a redução foi de 2,49%.

Conforme a agência, a diminuição dos preços do gás e do transporte, definidos pela Petrobras, nos últimos meses levou à redução do saldo da conta gráfica da Comgás, em que são registradas as diferenças entre o custo do gás e transporte previsto nas tarifas e o efetivamente incorrido.

Ainda assim, segundo a presidente da Solvay, os custos com o insumo permanecem bem acima dos valores vistos no mercado internacional. “É uma ação inicial, por menor que seja. Mas a indústria precisa da redução que o governo indicou”, afirmou. A executiva se refere à expectativa de queda de até 40% em dois anos sinalizada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, ao lançar o programa Novo Mercado de Gás no ano passado.

A abertura do mercado de gás, que vai possibilitar quedas mais acentuadas no preço, ainda depende de regulamentação e da maior disponibilidade do insumo. A própria Rhodia tinha planos de se tornar a primeira consumidora livre de gás natural no Estado de São Paulo já no primeiro trimestre, mas esbarrou nessas dificuldades.

Para a empresa de especialidades químicas, que tem fábrica em Paulínia (SP), o acesso apenas intermitente ao gasoduto da Petrobras não convém já que a unidade tem operação contínua.

“Sabemos que a ANP [Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis] está trabalhando nessa regulamentação, mas queremos ter acesso a datas mais firmes”, afirmou Daniela. Segundo a executiva, planos de investimento da Solvay no país, de médio e longo prazos, acabam afetados por essas incertezas.

A Rhodia já tem assegurado o fornecimento de gás natural para a fábrica em Paulínia, mas ainda não informa o nome do parceiro comercial. A expectativa, agora, é a de que o contrato que está sendo alinhavado possa começar a ser executado no segundo trimestre.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/03/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Vazamentos da Petrobras crescem****O vazamento de óleo e derivados aumentou cerca de 23 vezes no ano passado e atingiu o seu pior patamar anual desde 2010**

A Petrobras conseguiu reduzir a emissão de carbono em 2019 e, com isso, atingir a meta de estancar o crescimento de suas emissões. Se por um lado a empresa tem apresentado resultados positivos no lançamento de gases de efeito estufa, a estatal retrocedeu numa outra importante métrica de sustentabilidade de suas atividades: o vazamento de óleo e derivados aumentou cerca de 23 vezes no ano passado e atingiu o seu pior patamar anual desde 2010.

Ao todo, a companhia derramou 415 mil litros de óleo e derivados em 2019, ante os 18 mil litros registrados em 2018. Foi o pior índice apurado pela Petrobras desde o vazamento de 667 mil litros em 2010. O desempenho ruim de 2019 interrompeu três anos consecutivos de queda no quesito.

Em seu relatório anual, a companhia atribuiu o número, principalmente, a duas ocorrências: o vazamento de 251 mil litros de óleo no mar, durante uma operação de transferência na plataforma P-58, no Parque das Baleias, na Bacia de Campos; e a descarte de água com óleo (122 mil litros) no mar durante procedimento de parada e partida de poços da plataforma P-53, em Marlim Leste, também na Bacia de Campos. A estatal esclareceu que, em ambos os casos, foram implementados procedimentos imediatos de remediação, a fim de minimizar os impactos gerados pelos vazamentos, e apuradas as causas para fins de prevenção.

Já as emissões de CO2 foram reduzidas em 3,2%, para 60 milhões de toneladas equivalentes. A meta da companhia, até 2025, é manter esse volume abaixo dos 78 milhões de toneladas equivalentes de CO2 de 2015. A meta faz parte de um pacote de dez compromissos com a agenda de baixo carbono e sustentabilidade, lançado no plano de negócios 2020-2025.

A Petrobras esclareceu que, logo após os vazamentos ocorridos na P-58 e na P-53, a companhia instituiu o programa Operação Mar Azul. O objetivo é evitar

vazamentos de óleo com impacto ao meio ambiente e aprimorar o acompanhamento das condições de integridade de todas as unidades marítimas de exploração e produção da companhia. A empresa informou, ainda, que “adota as melhores práticas de gestão ambiental” e que foram reavaliados estudos de riscos, barreiras de segurança, sistemas de controle, planos de inspeção, critérios de priorização para o atendimento das recomendações técnicas, entre outras ações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/03/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Dona da trading Enerfo adquire controle da Tietê Agroindustrial

Grupo FKS assumiu o controle de 51% da companhia, com duas usinas em SP

O Grupo FKS, multinacional de agronegócios sediada em Cingapura, comprou 51% da Tietê Agroindustrial, que conta com duas usinas sucroalcooleiras no Brasil. O controle foi adquirido da gestora Proterra Investment Partners, que continuará com 49% de participação. A operação foi submetida na segunda-feira ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O valor da transação não foi divulgado nos documentos entregues ao órgão.

O escritório Mattos Filho assessorou o Proterra na operação. Procurados, FKS, Proterra e Mattos Filho não comentaram.

A FKS, que faturou US\$ 1 bilhão em 2018, já atua no mercado de açúcar. Em comercialização, o grupo é dono da trading Enerfo, que compra e vende açúcar no Centro-Sul do Brasil. Na área industrial, a FKS tem duas refinarias, uma na Indonésia e uma na ilha de Java. O grupo ainda é sócio da francesa Tereos na Indonésia em uma joint venture que produz amido e xarope de milho, além de outros produtos de milho.

O grupo de Cingapura fechou a compra em 12 de fevereiro, através da sociedade de propósito específico (SPE) Ark Capital, que adquiriu 51% de ações detidas pelo fundo BR Brazil Agriculture 2 Investimentos Participações, gerido pela Proterra.

Agora, com as usinas de cana nos municípios de Paraíso e Ubarana, em São Paulo, o FKS entra no processo de produção de açúcar, com capacidade instalada conjunta atual para processar 7,2 milhões de toneladas de cana por safra.

E um aumento dessa capacidade já está contratado. No fim do ano passado, a Tietê anunciou o início de investimentos na ampliação de sua estrutura em um terço para conseguir moer 9,6 milhões de toneladas por safra. Os aportes planejados preveem também a construção de uma fábrica de açúcar em Ubarana, que deve ficar pronta em outubro.

A Proterra assumiu as usinas do Grupo Ruette na safra 2015/16 por meio de um repasse do fundo Black River, que na época tinha a Cargill como uma das cotistas. A compra por parte da Proterra foi acertada na época por R\$ 830 milhões, somando valor em dinheiro e assunção de dívidas.

No período em que ficou sob gestão da americana, a Tietê passou por uma forte reestruturação operacional, que envolveu investimentos na área industrial e agrícola. Como resultado, em cerca de quatro anos a companhia duplicou sua capacidade de processamento e, na última safra, já estava quase sem ociosidade. A Tietê encerrou o ciclo passado (2018/19) com receita de R\$ 517 milhões, aumento de 8% em duas safras. No mesmo período, sua dívida líquida foi reduzida em 20%, para R\$ 242 milhões. Na safra passada, porém, em meio aos valores pressionados de açúcar, a empresa teve prejuízo de R\$ 16,7 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/03/2020

Seção: Finanças

Autor: André Rocha

Título: Vale: prejuízo em 2019, coronavírus... e agora?

Há duas semanas, a Vale divulgou o resultado de 2019: prejuízo de R\$ 6,672 bilhões.

Logo após o resultado, surgiram comentários no #fintwit, a comunidade financeira do Twitter, questionando a capacidade financeira da companhia: “Mas não dizem que essa companhia é uma máquina de ganhar dinheiro?” Então, esse resultado negativo deve preocupar o acionista?

Existe forte correlação positiva entre resultado e geração de caixa. Empresas lucrativas tendem a gerar caixa, assim como companhias que só dão prejuízo, geralmente, terão fluxo de caixa negativo. As primeiras tendem a ter baixo endividamento, enquanto as demais, alta alavancagem. Mas essa relação é verdadeira considerando um horizonte de tempo maior e não apenas um ano. O

que interessa para o cálculo do valor justo de uma ação é a geração de caixa e não o lucro.

Os leigos (e mesmo muitos profissionais de mercado) têm dificuldade de entender a dinâmica contábil. Uma despesa pode reduzir o resultado, mas não ter impacto caixa. A Vale, por exemplo, contabilizou R\$ 13 bilhões de depreciação, montante que reduz o resultado, mas não tem impacto caixa. Outro exemplo: a desvalorização cambial aumenta a despesa financeira, reduzindo o lucro, mas não impacta negativamente o caixa caso não tenha havido desembolso naquele exercício.

O oposto também ocorre. Uma receita pode ser lançada, aumentando o lucro, mas não ter efeito caixa. Isso ocorre, por exemplo, em uma venda a prazo, cujo dinheiro só entrará nos próximos anos. A receita contabilizada na demonstração de resultado que impactou positivamente o lucro terá como contrapartida a rubrica de contas a receber no ativo. Contudo, esse direito somente será monetizado no futuro.

O prejuízo contábil da Vale em 2019 foi derivado principalmente das provisões relativas ao acidente de Brumadinho, que alcançaram R\$ 28,8 bilhões: R\$ 10 bilhões referentes a desmobilização de algumas barragens, R\$ 12 bilhões de indenização, R\$ 3 bilhões referentes a paradas técnicas e outros R\$ 3 bilhões com despesas diversas relacionadas principalmente a auxílio após o acidente. Esses valores devem impactar negativamente o caixa ao longo dos próximos anos.

Apesar do prejuízo no exercício, a Vale apresentou um fluxo positivo de caixa para a firma de R\$ 30 bilhões. Só o fluxo de caixa operacional alcançou R\$ 47,3 bilhões. Com essa geração de caixa, a empresa pôde reduzir sua dívida líquida de R\$ 37,4 bilhões em 2018 para R\$ 19,7 bilhões em 2019. Essa geração de caixa representa mais de 10% do valor da empresa, número espetacular.

Em 2019, os desembolsos referentes ao acidente ainda foram de menor monta como por exemplo R\$ 640 milhões para a descontinuação das barragens e R\$ 3,3 bilhões em acordos e indenizações.

As ações da Vale (VALE3) apresentaram forte queda após o acidente no ano passado. No fim de 2019, o preço atingiu cotação similar à de antes do acidente. Mas receios com a desaceleração econômica mundial em decorrência da epidemia do coronavírus, fez o preço da ação novamente despencar. Quem acredita que essa epidemia tende a ser debelada nos próximos trimestres e que

a histeria é maior do que o fato em si deve comprar a ação, especialmente quem tem um horizonte de investimento maior.

Parte da população não parece perceber a importância da companhia para o país, achando apenas que ela beneficia os “especuladores da bolsa”. Mas essa visão é preconceituosa e limitada.

As tragédias de Brumadinho e Mariana foram inadmissíveis e os responsáveis devem ser investigados e punidos caso culpados. Nada restituirá as vidas perdidas e os danos ao meio ambiente. Contudo, por outro lado, a empresa Vale deve ser preservada pela geração de empregos, pagamento de impostos e geração de divisas. Em especial dois Estados - Minas Gerais e Pará - são bastante dependentes economicamente da companhia.

A forte geração de caixa da empresa deve permitir que a companhia consiga arcar com suas obrigações derivadas do acidente, manter seus investimentos e remunerar seus acionistas com dividendos. Após dois graves acidentes, a governança corporativa deve sair fortalecida. Isso é bom para os empregados; para os sócios, entre eles muitas pessoas físicas; e para o país.

André Rocha é mestre em economia pela FGV/EPGE, advogado pela Gama Filho e analista certificado pela Apimec. Possui atualmente um blog no site Valor Investe.

As opiniões contidas neste espaço refletem a visão do analista sobre as companhias, e não a do Valor Econômico. O Valor e o autor não se responsabilizam por prejuízos decorrentes do uso dessas informações (Veja os termos de uso completos em www.valor.com.br/valor-investe/o-estrategista)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/03/2020

Seção: Economia

Autor: Marlla Sabino Amanda Pupo / BRASÍLIA

Título: Consumidor poderá comprar energia direto de geradora

Prazo é de três anos e meio; hoje negociação é permitida apenas para quem consome por mês mais de 3 mil kW

A Comissão de Infraestrutura do Senado Federal aprovou ontem o projeto de lei que estabelece um novo marco regulatório para o setor elétrico. O texto permite que, em três anos e meio, todos os consumidores possam fazer parte do chamado mercado livre de energia. Nesse ambiente, é possível negociar

preço, quantidade e até a fonte da energia diretamente com os donos das usinas. Atualmente só quem consome mais de 3 mil quilowatts (kW) por mês (grandes consumidores, como indústrias) pode comprar energia diretamente de qualquer gerador. Os pequenos consumidores, como os residenciais, têm de comprar de uma empresa distribuidora de energia elétrica.

O prazo de três anos e meio para que todos os consumidores possam escolher livremente seu fornecedor de energia, no entanto, é considerado apertado por integrantes do governo ouvidos reservadamente pelo Estadão/Broadcast. “O projeto garante a todos, independentemente da tensão ou potência, a possibilidade de migrar para o mercado livre, mediante a regulamentação do órgão técnico apropriado, tanto o **Ministério de Minas e Energia**, quanto a Aneel”, afirmou o relator da proposta, senador Marcos Rogério (DEM-RO).

Segundo o senador, o projeto cria um encargo setorial a ser pago por todos os consumidores do setor elétrico para compensar possíveis prejuízos gerados pela migração de consumidores para o mercado livre. Ainda de acordo com o relator, um dos objetivos da proposta é reduzir a conta de luz. “A liberdade de escolha do consumidor, da fonte, competição, concorrência. Deve gerar redução da conta de luz”, afirmou.

O texto aprovado pode ser liberado para a Câmara na próxima semana, se nenhum senador apresentar emendas para alterá-lo. Caso isso aconteça, a matéria será submetida a votação em turno suplementar. Outra possibilidade do texto não ser liberado para os deputados em breve, é caso algum senador apresente recurso para que o projeto passe pelo plenário. O projeto estabelece ainda prazo de 12 meses para o fim dos descontos concedidos para os grandes consumidores que compram energia de fontes alternativas, como eólica e solar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/03/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: União prevê resultado pior para contas de estados e municípios

Projeto encaminhado ao Congresso afrouxa gastos de governos regionais

O governo encaminhou ontem ao Congresso Nacional, projeto de lei que afrouxa os gastos dos estados e municípios, prevendo um resultado pior para as contas neste ano. A projeção prevê que os governos regionais e locais não precisarão mais ter um saldo positivo de R\$ 9 bilhões, podendo ser de zero, ou seja, a despesa será igual à receita. Governadores e prefeitos terão mais espaço para gastos. A meta de resultado da União permanece a mesma, um rombo de

até R\$ 124,1 bilhões. A mudança nas projeções já havia sido anunciada pelo Ministério da Economia. Com a mudança, o resultado do setor público consolidado, que engloba as contas de União, estados, municípios e empresas estatais (com exceção de Petrobras e Eletrobras), vai passar de um rombo de até R\$ 118,9 bilhões para um déficit de até R\$ 127,9 bilhões.

O projeto também muda conceitos sobre o resultado das contas públicas. O governo deixa de tratar o resultado de estados e municípios como meta e passa a considerar esse número como uma projeção. A diferença é importante porque havia divergências de entendimento, no próprio governo, sobre se seria necessário ou não a União compensar rombos de estados e municípios. Agora, o texto do Ministério da Economia deixa claro que não. Ou seja, deixa de haver uma meta para o setor público (União, governos regionais e estatais) e passa a existir apenas a meta para o governo central (apenas União).

O Ministério da Economia já havia explicado que a piora no resultado dos governos regionais se deve principalmente ao repasse de R\$ 11,7 bilhões do megaleilão do pré-sal, realizado em novembro do ano passado. Os recursos entraram no caixa de estados e municípios somente em 31 de dezembro e, portanto, não foram gastos no ano passado. Isso aumentou a receita dos entes federativos em 2019 e melhorou seu resultado fiscal, gerando superávit (receitas maiores que despesas). Por outro lado, haverá aumento das despesas neste ano, quando os recursos serão efetivamente gastos, o que vai piorar o saldo das contas de estados e municípios em 2020.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/03/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: O pré-sal e o vírus

A CERAWEEK, maior evento para os principais executivos do mundo do petróleo e que começaria no dia 9, no Texas, foi cancelada. A delegação brasileira, por causa do pré-sal, era grande. Décio Oddone, que está deixando a ANP, seria um dos homenageados.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/03/2020

Seção: Economia

Autor: Jailson R.Sena

Título: Gasolina mais barata nos postos do DF

A maioria dos postos do DF baixou os preços da gasolina em relação aos que eram cobrados em 21 de fevereiro, segundo levantamento realizado pelo Correio. Os consumidores podem encontrar o litro do combustível abaixo de R\$ 4,209 em 16 estabelecimento dos 30 pesquisados (veja quadro).

O preço mais baixo é o do posto da Torre, na Asa Sul, que vende o litro do combustível por R\$ 4,149. Já o mais alto, R\$ 4,559, é o do posto Petrobras na Quadra 103 da Asa Norte. Na EPTG e em Taguatinga Centro, os valores vão de R\$ 4,277 a R\$ 4,349.

De acordo com Paulo Tavares, presidente do Sindicombustíveis-DF, em breve, o novo preço médio terá como referência R\$ 4,56 — valor considerado para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). “Esses preços são promoções para zerar o estoque. Depois, o preço médio volta a ser praticado” explicou.

Para o biomédico Henrique Silva, de 26 anos, a promoção foi bem-vinda. “Trabalho como motorista de aplicativo e abasteci na semana passada por R\$ 4,53. Esses centavos a menos fazem a diferença para quem trabalha com isso” afirmou. Mas para a psicóloga Rita Cabrero, de 40 anos, a diferença no bolso foi pouca. “A baixa foi irrisória. Na semana que vem, os preços voltam ao normal”, lamentou.

Para o economista da Universidade de Brasília (UNB) César Bergo, a melhor forma de economizar é recorrer a grupo de amigos. “Cada um pode checar os preços nos postos por onde passa e, depois, compartilhar com os demais nas redes sociais”, orientou.

- **Variação dos preços (em reais)**

Postos 21/2/2020 3/3/2020

Petrobras – Posto da Torre	4,199	4,149
Petrobras – Eixo W 106 Sul	4,259	4,199
Petrobras – Eixo W 109 Sul	—	4,169
Shell – Eixo W 115 Sul	4,399	4,199
Petrobras – Eixo L 214 Sul	4,270	4,270
Petrobras – Eixo L 212 Sul	4,279	4,189
JarJour – Eixo L 210 Sul	4,279	4,279
Petrobras – Eixo L 207 Sul	4,279	4,189
PB – Eixo L 206 Sul	4,279	4,279
Petrobras – Eixo L 202 Sul	4,279	4,189

Petrobras – Eixo L 204 Norte 4,279 4,159
Jarjour – Eixo L 206 Norte 4,279 4,219
Petrobras – Eixo L 208 Norte 4,279 4,219
Ipiranga – Eixo L 210 Norte 4,277 4,539
Shell – Eixo L 212 Norte 4,279 4,159
Petrobras – Eixo L 214 Norte 4,279 4,199
Ipiranga – Eixo W 115 Norte 4,277 4,539
Petrobras – Eixo W 113 Norte 4,279 4,159
Ipiranga – Eixo W 112 Norte 4,279 4,159
Petrobras – Eixo W 107 Norte 4,279 4,179
Petrobras – Eixo W 103 Norte 4,559 4,559
Petrobras – SIG Quadra 3 4,377 4,189
Shell – SIG Quadra 3 4,377 4,189
Garantia – EPTG 4,357 4,279
Vtex – EPTG 4,357 4,277
Ipiranga – EPTG 4,459 4,299
Shell – EPTG 4,359 4,277
Nenen's – Taguatinga Centro 4,299 4,229
Shell – Taguatinga Centro 4,399 —
Petrobrino – Taguatinga Centro 4,279 4,349
Petrobras – SIA Trecho 1 4,359 4,179

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/03/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Projeto promete reduzir conta de luz

A Comissão de Serviços e Infraestrutura do Senado aprovou, ontem, o substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 232/2016, que moderniza o marco regulatório do setor elétrico. Se não for apresentada nenhuma alteração até a próxima reunião da comissão, a proposta será encaminhada para a Câmara dos Deputados na semana que vem. Segundo o parecer do relator, senador Marcos Rogério (DEM-RO), as principais medidas permitirão a redução das tarifas de energia, a abertura total do mercado em três anos e meio e a retirada dos subsídios para as fontes incentivadas, inclusive a solar, em 12 meses. Os agentes do setor aprovaram o relatório do parlamentar.

“O grande avanço é a portabilidade como direito de todos os consumidores, que poderão migrar para o mercado livre e escolher de quem comprar e de qual fonte de energia. Isso vai aumentar a competitividade e, consequentemente, reduzir preços”, destacou o senador. Como permitirá uma migração em massa para o mercado livre, o projeto poderia gerar desequilíbrio no mercado

regulado, o cativo. “Cuidamos para que essa fuga não onere quem fica no regulado, criando um encargo distributivo universalizado, que todos pagam”, explicou o relator.

Outra medida reduziu de 18 para 12 meses o prazo de retirada dos subsídios concedidos às fontes incentivadas, que acabam rateados por todos os consumidores na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). “O Ministério de Minas e Energia (MME) se comprometeu a, em um ano, fazer a valoração dos atributos ambientais dessas fontes”, disse o senador. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, ressaltou que a aprovação do projeto “é um marco para o país”. Porém, não soube explicar como será essa “valoração”. “Isso é um trabalho realizado com as associações do setor e ainda vai ser mensurado para que as fontes possam ter incentivo, com a retirada do subsídio, que representa quase 20% da CDE”, disse.

A conta, que este ano custará R\$ 22 bilhões aos consumidores brasileiros, também será reduzida, segundo o projeto, por conta da distribuição da renda hidráulica, hoje convertida na sua integralidade para o Tesouro Nacional. “Isso vai impactar na modicidade tarifária, porque dois terços vão para a CDE e só um terço para o Tesouro. Quem paga são as usinas existentes, novas licitações ou renovação de outorga”, disse Rogério.

Para Charles Lenzi, presidente da Associação Brasileira dos Geradores de Energia Limpa (Abragel), alguns aspectos preocupam. “No caso das pequenas centrais hidrelétricas, o subsídio é uma forma de compensar o atributo de não gerar encargos ao sistema de transmissão, já que as centrais são próximas dos centros de consumo. Vamos trabalhar para apoiar o ministério na busca pela compensação”, ressaltou.

Alexei Vivan, presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABCE), explicou que, atualmente, o consumidor sai do mercado regulado para se ver livre dos encargos, portanto a redistribuição proposta é justa. Para Marcos Madureira, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), a redução de subsídios vai permitir tarifas menores para os consumidores. “Não temos nada contra a abertura do mercado, desde que os encargos sejam pagos por todos. Cada um com sua responsabilidade”, alertou.

O presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico, Mario Menel, disse que o projeto é uma grande conquista do setor elétrico. “O senador Marcos Rogério não tentou começar do zero, pegou o relatório e conseguiu aprimorar, consultou todos os agentes. Está bom para o setor elétrico, e coeso”, resumiu.

MME / ASCOM .